



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**EMANNUELLE RENATA LÚCIO RANGEL**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: os desafios a serem superados**

**CAJAZEIRAS-PB**

**2017**

**EMANNUELLE RENATA LÚCIO RANGEL**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: os desafios a serem superados**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Curso de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Para obtenção do título de Pedagoga

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa

**CAJAZEIRAS-PB**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

R196e Rangel, Emannelle Renata Lúcio.  
Educação inclusiva no Brasil: os desafios a serem superados /  
Emannelle Renata Lúcio Rangel. - Cajazeiras, 2017.  
50f.il.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa.  
Monografia (Licenciatura em Pedagogia)UFCG/CFP, 2017.

1.Educação inclusiva. 2. Educação especial. 3. Desafios na educação  
especial. I. Corrêa, Adriana Moreira de Souza. II.Universidade Federal de  
Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores.IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU -376

**EMANNUELLE RENATA LÚCIO RANGEL**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: os desafios a serem superados**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Curso de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Para obtenção do título de Pedagoga.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa

Aprovada em 06/09/2017

**BANCA EXAMINADORA**

Adriana M. S. Corrêa  
Prof.<sup>a</sup> Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa UAL/CFP/UFCG

**Orientadora**

Henrique Miguel da Silva  
Prof. Ms. Henrique Miguel da Silva UAL/CFP/UFCG

**Examinador Titular**

Maria Janete de Lima  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Janete de Lima – UAE/CFP/UFCG

**Examinador Titular**

À minha família, que sempre me instruiu no melhor caminho, que sempre esteve ao meu lado apoiando-me nas minhas escolhas e acreditando nos meus sonhos. Dedico a vocês esta vitória e afirmo que sou uma pessoa digna porque tenho a vocês, minha família, que a todo o momento esteve ao meu lado, lutando comigo, para a concretização dos meus sonhos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus por me dar sabedoria, forças e confiança para realizar os meus sonhos. A Ele toda honra e glória.

Agradeço também à minha família, pelo incentivo e pelo apoio, pois nas horas difíceis, ela sempre me fortalecia e encorajava a seguir em frente, sem jamais me permitir pensar em desistir.

Não posso deixar de agradecer aos meus alunos, que foram a minha motivação para continuar nessa árdua e prazerosa profissão de docente. Com eles, aprendi que a deficiência ou qualquer outra limitação não são um obstáculo que nos impedem de conquistar nossos ideais e que todas as adversidades podem ser superadas com fé, trabalho e oportunidades.

Finalmente, agradeço aos meus professores, pelo conhecimento transmitido por tamanha paciência e dedicação.

A todos os educadores que, de alguma forma, contribuíram na minha caminhada, expresso: muito obrigada.

“[...] A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, [...] mas a aprendizagem ocorre, sempre” (ABRAMOWICZ, 1997).

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema Educação Inclusiva no Brasil: os desafios a serem superados e foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica baseada nos seguintes autores: Campbell (2009), Ramos (2010), Carvalho (2004), Lima (2006), assim como Mantoan (2003 e 2006). O objetivo geral é identificar as barreiras encontradas para a efetivação da proposta da educação especial brasileira na perspectiva da inclusão na atualidade. E como objetivos específicos elencamos: apresentar uma retrospectiva histórica das iniciativas voltadas para a educação inclusiva; conceituar a proposta da educação inclusiva baseando-se nos documentos legais; compreender as limitações, presentes na literatura, para a efetivação da proposta inclusiva brasileira. Justifica-se o presente estudo, na compreensão de que houve um avanço na educação brasileira para o acolhimento da diversidade, principalmente no que concerne a pessoa com deficiência, porém estas mudanças ainda não são suficientes para garantir a inclusão e o aprendizado destes alunos. Mediante o conhecimento desses fatos podemos construir novas práticas de inclusão, sendo estas baseadas em políticas públicas que possam garantir uma educação de qualidade.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Desafios. Superação.

## ABSTRACT

The present work has as its theme Inclusive Education in Brazil: the challenges to be overcome and was carried out through a bibliographical research based on the following authors: Campbell (2009), Ramos (2010), Carvalho (2004), Romero (2006) as well Mantoan (2003 and 2006). The general objective is to identify the barriers encountered for the implementation of the Brazilian special education proposal in the perspective of inclusion in the present time. And, as specific objectives, we highlight: to present a historical retrospective of the initiatives focused on inclusive education; Conceptualize the proposal of inclusive education based on legal documents; Understand the limitations in the literature for the realization of the Brazilian inclusive proposal. The present study justifies the understanding that there has been an advance in Brazilian education in order to accommodate differences, especially in the case of people with special educational needs, but these changes are not enough to guarantee the inclusion and learning of these Students. Through the knowledge of these facts we can build new inclusion practices, these being based on public policies that can guarantee a quality education.

**Keywords:** Inclusive education. Challenges. Overcoming.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AEE** Atendimento Educacional Especializado

**APAE** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

**CNE** Câmara de Educação Básica

**CNB** Conselho Nacional de Educação

**CIPD** Conferência Internacional sobre a População em Desenvolvimento

**INEP** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira

**LDBEN** Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

**MEC** Ministério da Educação

**NEE** Necessidades Educacionais Especiais

**ONU** Organização das Nações Unidas

**PNE** Plano Nacional de Educação

**SRM** Salas de Recursos Multifuncionais

**UNICEF** Fundo das Nações Unidas para a Infância

**UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1: Exclusão e Inclusão.....</b>	<b>23</b>
<b>Quadro 2: Segregação e Inclusão.....</b>	<b>26</b>
<b>Quadro 3: Inclusão e integração.....</b>	<b>29</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA INCLUSIVA BRASILEIRA.....</b>	<b>14</b>
2.1 Delineando a proposta da educação inclusiva, com base na legislação brasileira.	14
2.2 O que é a Inclusão Escolar? .....	19
2.3 Da exclusão ao movimento inclusivo .....	20
2.4 Da segregação à inclusão .....	24
2.5 Da integração à inclusão .....	26
<b>3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>30</b>
<b>4 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>322</b>
4.1 Os desafios para a implementação da proposta inclusiva .....	32
<i>4.1.1 Desconhecimento ou descumprimento das leis que tratam da inclusão da pessoa com deficiência .....</i>	<i>333</i>
<i>4.1.2 Barreiras Atitudinais.....</i>	<i>344</i>
<i>4.1.3 Currículo.....</i>	<i>35</i>
<i>4.1.4 Formação de professores .....</i>	<i>36</i>
<i>4.1.5 Implementação do Atendimento Educacional Especializado .....</i>	<i>37</i>
<i>4.1.6 Profissionais de apoio.....</i>	<i>38</i>
<i>4.1.7 Avaliação escolar na perspectiva inclusiva.....</i>	<i>40</i>
<i>4.1.8 Parceria com a família .....</i>	<i>411</i>
<i>4.1.9 Organização do espaço escolar (barreira física) .....</i>	<i>422</i>
4. 2 Superando as barreiras da inclusão .....	433
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>444</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>467</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha pelo objeto Educação Inclusiva surgiu mediante a necessidade de descrever como se constituiu historicamente a inclusão na educação brasileira, buscando entender quais foram os caminhos percorridos para a efetivação desta proposta educacional no Brasil. Assim, buscaremos conhecer a legislação vigente, que garante a efetivação desta prática na escola regular, como também os desafios atuais para que ocorra a inserção do aluno na escola, garantindo a socialização e o aprendizado.

Corroborando com o pensamento de Paulo Freire (2014), a educação em sua totalidade é um processo contínuo, cheio de desafios e mudanças, que busca a valorização do educando como aprendiz e como um ser histórico, político e social, isto é, como um cidadão com direitos e deveres.

Diante do exposto, surgiu o seguinte problema: o que é necessário para que de fato a inclusão aconteça? Sob essa perspectiva, traçamos como o objetivo geral, identificar as barreiras encontradas para a efetivação da proposta da educação especial brasileira na perspectiva da inclusão na atualidade. Como objetivos específicos, buscaremos apresentar uma retrospectiva histórica das iniciativas voltadas para a educação inclusiva; conceituar a atual proposta baseando-se nos documentos legais; compreender, através de experiências apresentadas na literatura da área, as limitações para a efetivação da desta proposta na educação brasileira.

A pesquisa será desenvolvida mediante uma revisão bibliográfica onde iremos discutir o tema proposto com base em referências teórico publicadas em livros, revistas e entre outros que versam sobre o movimento inclusivo (MARTINS; PINTO, 2001).

A inclusão é um movimento mundial oriundo de um processo de luta das pessoas com deficiência, juntamente com seus familiares, na busca de garantir a igualdade de direitos, ainda que esta equiparação ocorra por meio de estratégias variadas, visando, assim a conquista do seu lugar na sociedade. Essa filosofia fundamenta-se na valorização da diversidade, tendo como princípios norteadores, a ética e os direitos humanos, nos quais estabelecem que a oportunidade de inserção educacional e social deva ser ofertada para todos os indivíduos independente de suas limitações. (MANTOAN, 2003).

Neste sentido, nos deparamos com a diferença entre os conceitos de igualdade e equidade. O primeiro termo, segundo Ferreira (1986, p. 915) se refere a “relação entre os indivíduos da qual todos eles são portadores dos mesmos direitos fundamentais”. Desse modo, a igualdade não deve se restringir a dar os mesmos instrumentos e as mesmas estratégias a todas as pessoas, mesmo que estas apresentem necessidades diferenciadas. A igualdade de direitos só é possível mediante uma organização que favoreça aos indivíduos conquistar os mesmos objetivos através de estratégias diferenciadas. A equidade, por sua vez, “significa educar de acordo com as diferenças individuais, sem que qualquer manifestação de dificuldades se traduza em impedimento à aprendizagem” (CARVALHO, 2004).

Mesmo que a escola seja orientada para trabalhar numa perspectiva ética, ainda podemos ver o preconceito e a falta de sensibilização diante das necessidades do outro, sugerindo que estes trabalhem na perspectiva da igualdade. Estas percepções são apresentadas nas pesquisas de Mantoan (2015) e Carvalho (2004) ao informar que nas falas e nas atitudes dos diferentes membros da comunidade escolar percebemos a predominância de falas que representam práticas de igualdade.

Estas percepções, falas e ações são denominadas no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) de barreiras atitudinais e são conceituadas, no mesmo documento, como sendo “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

No entanto, os atos que se constituem como barreiras atitudinais e que não estão presentes no currículo, podem gerar a reprodução destas maneiras de perceber e se relacionar com os demais alunos, gerando atos de discriminação e de desvalorização da pessoa com deficiência. Essas ações que se concretizam as influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho do professor como currículo oculto (SANTOS 2009).

Mediante ao exposto, podemos afirmar que a proposta atual da educação inclusiva, traz uma visão não apenas de incluir o indivíduo no ensino regular proporcionado acesso apenas aos conteúdos, mas, de desenvolver uma educação holística, na qual ele possa aprimorar as habilidades para interagir e intervir na vida em sociedade. Desta forma, estaremos ensinando, em sua totalidade, a importância do respeito à diversidade.

Vista disso, modificar as crenças, os valores e as ações que foram construídas e reproduzidas socialmente não é uma tarefa fácil, no entanto, ao passo que a escola se proponha a ensinar e a educar desenvolvendo o conhecimento sobre as matérias, habilidades e os valores éticos, é necessário que, antes, vivencie e inspire estas práticas, modificando esta instituição em um espaço ético e transformador.

Diante disso, construímos o trabalho a partir de temáticas abordadas da seguinte forma: no primeiro capítulo a discussão se dará em torno da construção da proposta inclusiva brasileiras, baseada em seus documentos oficiais, assim como pretendemos conhecer o que os diferentes teóricos pensam sobre a educação inclusiva no Brasil; resgataremos o processo histórico que deu início a esse novo paradigma educacional; em seguida, procuraremos entender como ocorria à educação das pessoas com deficiência antes da inclusão; em um terceiro momento faremos um paralelo entre o contexto da exclusão, segregação e integração.

No segundo capítulo, deste trabalho faz-se uma análise das principais legislações e políticas para a implantação da educação inclusiva. Trataremos sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), assim como a atuação do profissional de apoio e quanto as suas respectivas funções.

O terceiro capítulo, iremos tratar dos desafios encontrados para efetivação da inclusão, fazendo uma explanação sobre os principais obstáculos à sua implantação, sendo estes: as barreiras atitudinais, currículo, formação de professores implementação do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio, avaliação escolar na perspectiva inclusiva, parceria com a família e escola, organização do espaço escolar (barreiras físicas). Por fim, iremos apontar as estratégias, disponíveis na literatura que trata da temática, para superar essas dificuldades.

## **2 CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA INCLUSIVA BRASILEIRA**

A inclusão é o novo paradigma educacional que envolve políticas e práticas pedagógicas que propõem uma transformação no sistema de ensino. Esta mudança tem como finalidade, a construção de um sistema educacional que possa contar com serviços de apoio especializado, para que a escola possa beneficiar toda e qualquer pessoa, independente das condições físicas, sociais, afetivas, relacionais, intelectuais e outros. Em função disso, se propõe a focar nas habilidades e possibilidades de desenvolvimento que o indivíduo dispõe em oposição aos modelos<sup>1</sup> que excluía estes alunos da escola regular em função da sua limitação ou da sua deficiência (MANTOAN, 2003).

Os serviços de apoio pedagógico especializado são definidos no Decreto nº7.611/2001 como serviços que tem como objetivo eliminar as barreiras que venham a se tornar um entrave no processo de escolarização dos estudantes com deficiência, daqueles que apresentem transtornos globais no desenvolvimento ou que demonstrem ter altas habilidades (BRASIL, 2011, p. 1).

A seguir, veremos como se delineou a proposta educacional brasileira.

### **2.1 Delineando a proposta da educação inclusiva, com base na legislação brasileira.**

As políticas da educação inclusiva como veem nos eventos que trataram da temática, é um assunto amplamente discutido em todos os países. Embora, a legislação tenha contemplado pontos que proporcionaram grandes avanços nesta área, as redes de ensino ainda necessitam implementar políticas educacionais que permitam o atendimento escolar mais eficaz para este grupo. Esta iniciativa visa à melhoria da qualidade do ensino das escolas brasileiras. Assim, as leis que asseguram a inclusão são claras no que se refere ao espaço destinado a este público,

---

<sup>1</sup> Tratamos dos modelos nos quais as pessoas que fugiam do padrão da normalidade era excluídos, segregados ou mesmo integrados (nos quais as pessoas com deficiência compartilhavam dos mesmos espaços que as demais, contudo, não tinham assegurado o direito a serviços que possibilitassem o desenvolvimento das suas possibilidades).

ou seja, não admite a segregação e a discriminação escolar sob qualquer pretexto (CAMPBELL, 2009).

Ainda dialogando com a autora identificamos que ao longo do tempo na história da Educação Especial, a escola não estava aberta ao acolhimento das diferenças, isto é, os alunos que não se enquadravam no modelo proposto pelo sistema de educação eram excluídos da escola comum e encaminhados para os espaços segregados que compunham a educação especial. Inicialmente, estes lugares eram destinados às crianças com deficiência física e, muitas vezes, essas escolas adotavam um regime de internato, que privava o aluno do convívio familiar e social.

No Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, surgiram as primeiras instituições de Educação Especial, sendo estas, voltadas para o atendimento de pessoas surdas ou cegas, as quais, também adotavam um sistema de internato. No século XIX, foram criados dois espaços educacionais: o Instituto Benjamim Constant, (para o atendimento das pessoas com deficiência visual) e o Instituto de Surdos. Ainda neste século, em 1874, foi inaugurada na Bahia, a primeira residência para os indivíduos que, na época, eram denominados de deficientes mentais: o Hospital Juliano Moreira.

Em 1954, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Esta instituição marca a criação da Educação Especial como opção à escola regular, tendo em vista que, neste período, a proposta da educação inclusiva ainda não contava com espaços de discussão no Brasil. Nessa perspectiva, as escolas especiais se tornaram os principais espaços de mobilização e educação que levaram as pessoas com deficiência, pais e amigos a organizarem mobilizações em prol da inclusão (CAMPBELL, 2009).

Segundo Mantoan (2003), a educação inclusiva brasileira passou por grandes avanços, porém há um complexo caminho a ser percorrido que envolve uma série de fatores, sendo estes: socioculturais, políticos e econômicos. Para a autora, há uma busca incessante por novas políticas que favoreçam inclusão e isso implica uma ruptura, em uma nova forma de pensar a educação, de modo que se torne uma única proposta educacional que atenda a todos. Conforme a pesquisadora “[...] esse modelo de educação para todos deve de fato existir, há anos a sociedade fala em inclusão, mas não sabem incluir, falam em igualdade, mas estão longe de saber o que é de fato ser igual” (MANTOAN, 2003, p.46).

As mudanças citadas por Mantoan (2003) estão presentes em vários documentos legais como, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 4.024/1961, que apontava o direito dos excepcionais<sup>2</sup> à educação, indicando que esta ocorresse, preferencialmente, no sistema geral de ensino (BRASIL, 1961); já a LDBEN nº 5.692/1971, sancionada dez anos depois, respalda que os alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais, que aqueles que se encontrassem com um atraso significativo no que se refere à idade regular de matrícula para determinada série e os superdotados deveriam receber tratamento especial, sendo que este atendimento deveria ser ofertado de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos Nacionais de Educação- CNE. (BRASIL, 1971).

Partindo desse pressuposto, a LDBEN nº 9.394/1996 estabelece o direito de todos à educação, apontando como dever do Estado e da família promovê-la. O Art. 2º desta legislação, ao tratar sobre os princípios da educação nacional, define:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 44).

Assim sendo, o referido artigo esclarece a promoção de uma educação de qualidade sem excluir e promovendo a igualdade de condições para todos os educandos. Entretanto, isso só é possível a partir da articulação entre o poder público e o grupo familiar.

No entanto, à medida que concerne ao Estado ampliar espaços, materiais e profissionais para promover a educação, cabem aos responsáveis acompanhar este processo e auxiliar a escola a desenvolver as habilidades propostas. Nesta perspectiva, quando falamos de educação inclusiva percebemos que há uma crescente demanda de vagas e de ações a serem realizadas pelo sistema educacional.

Para garantir o desempenho nesta área, a referida LDBEN, no capítulo destinado a tratar da Educação Especial, no art. 58, diz que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede

---

<sup>2</sup> Nomenclatura utilizada na época.

regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1996, p.55).

Desta maneira, o direito de acesso à escola não pode ser negligenciado, uma vez que a criança deve aprender e se desenvolver no espaço escolar, independente da sua condição.

Nesse sentido, vemos que a educação especial é dever constitucional tendo início na faixa etária de zero a seis anos, ou seja, durante a educação infantil. Assim, no art. 58 da LDBEN, os sistemas de ensino deverão garantir aos alunos com deficiência currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização educacional específica de modo que venha a atender as suas particularidades (BRASIL, 1996, p. 55).

De acordo com a lei, haverá quando necessários serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Entretanto, esse atendimento poderá ser feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comum regular.

A lei apresentada, objetiva assegurar a terminalidade específica para aqueles que não puderem, em virtude da sua deficiência, atingir o domínio das habilidades e conhecimento dos conteúdos exigidos para a conclusão do ensino fundamental. O documento garante também a aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar.

A referida lei respalda, que os alunos com deficiência devem ter acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. Diante disso, os órgãos normativos do sistema de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas desde que elas não tenham fins lucrativos, sejam especializadas e tenham atuação exclusiva na Educação Especial, para fins de promover o apoio técnico e recebam, para isso, o suporte financeiro do poder público.

Mediante a lei supracitada, prevalece um atendimento que dá suporte à Educação Especial, na perspectiva inclusiva assegurando a permanência dos alunos na escola e a inserção desse indivíduo no meio social.

Estas ações foram fruto da participação do Brasil em eventos internacionais e dos compromissos assumidos como na Declaração da Salamanca (1994) e

assegurados na LDBEN. Estes foram os princípios e as diretrizes que nortearam a educação inclusiva favorecendo o respeito, o direito de aprender e conviver no meio escolar e social de forma igualitária e justa.

Assim, está presente ainda na declaração a qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiência integre o sistema educacional regular; na atual LDBEN 9.394/1996, que representa o novo momento na educação brasileira; na Resolução CNE/CEB nº 02/2001 que instituiu diretrizes para a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, - NEE na educação básica, entre outros.

Em suma, com a perspectiva de beneficiar a educação, a Declaração da Salamanca expressa, com precisão, o fundamento que deve ser considerado para promover a educação dos alunos com NEE.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.11).

Diante disso, fica evidente o compromisso político e encorajamento do governo para implementar políticas públicas baseadas em leis que garantam a efetivação da inclusão, a fim de que todos possam aprender no mesmo espaço escolar. É necessário enfatizar que a educação inclusiva é um processo em desenvolvimento, e que esta modalidade educacional está submetida a reflexões e, especialmente em ações concretas para alcançar a práticas mais eficientes para educar para a diversidade.

É importante ressaltar que a Educação Inclusiva no Brasil, caminha de forma progressiva, visto que, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva inclusiva (2008) aponta que existe um crescimento nos números de crianças com NEE que estão matriculadas nas escolas regulares.

Conquanto, Aranha (2001) adverte que a prática de inserção do aluno com deficiência na classe regular, sem considerar as adaptações necessárias para o seu

aprendizado, não se configura na prática inclusiva e sim na integração. A autora afirma ainda que, esta última proposta se caracteriza por “[...] ajudar pessoas com deficiência a obter uma existência tão próxima ao normal possível, a elas disponibilizando padrões e condições de vida próximas às normas e padrões da sociedade” (ARANHA, 2001, p.167).

## **2.2 O que é a Inclusão Escolar?**

Como observamos, a educação inclusiva visa assegurar o acesso dos alunos com deficiência na escola regular. Atualmente, conforme o Plano Nacional de Educação-PNE nº 13.005/2014, a educação inclusiva, na escola regular, pode ser ofertada, tanto na classe comum, quanto na classe especial, possibilitando o convívio entre todos os estudantes, sem distinção. Desta forma, prioriza que os alunos compartilhem o mesmo espaço educacional, ou seja, as classes regulares inclusivas, a fim de que seja incentivada a convivência e o desenvolvimento de estratégias para atender a diferença.

Nessa concepção, a proposta da Inclusão consiste em compreender que os alunos podem e devem aprender juntos, embora que, para alcançar os objetivos propostos, necessitem trilhar processos diferentes.

Conforme Campbell, (2009) a educação inclusiva é conceituada como:

Uma tentativa de atender às dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar que os alunos que apresentem alguma deficiência tenham os mesmos direitos que os outros e que todos sejam cidadãos de direito nas escolas regulares, bem-vindos e aceitos formando parte da vida naquela comunidade (CAMPBELL, 2009, p. 139).

Portanto, a inclusão implica numa mudança educacional que busca consolidar o ideal de uma proposta organizada de forma a atender a diversidade humana. Neste processo, devemos considerar que o ato de educar não é uma função fácil, à medida que implica em propor atividades que visem desenvolver habilidades e conteúdos de grupos heterogêneos e, essa dificuldade, se torna mais evidente quando envolve alunos com deficiência. Como vimos, nas afirmações de Mantoan (2003) isso implica que a escola precisa se reorganizar para ofertar a mesmas possibilidades de êxito aos alunos que apresentam diferentes formas de se relacionar e aprender.

À vista disso, compreendemos que as pessoas NEE têm direitos à participação social efetiva (tanto na escola quanto nos demais espaços sociais), tendo em vista que a sociedade se organiza e se enriquece a partir da interação entre sujeitos diversos. De acordo com Mantoan (2003, p. 53):

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e viver dignamente. (MANTOAN, 2003, p. 53).

Diante disso, ressaltamos que a escola precisa conceber que, além de desenvolver o aprendizado, ela deverá propiciar meios para que os alunos tenham criticidade e autonomia, compreendendo que a sua função é ensinar e criar oportunidades nas quais todos possam aprender sem distinção.

### **2.3 Da exclusão ao movimento inclusivo**

Como citamos anteriormente, vivemos numa sociedade rodeada de preconceitos e discriminação que, por décadas, corroboraram com o movimento de exclusão. Esse movimento refletiu-se diferentes grupos e espaços sociais e, com maior ênfase, refletiu-se no espaço escolar.

Fumegalli (2012) adverte que a exclusão social existe desde a antiguidade, período no qual as mulheres, estrangeiros, deficientes e demais pessoas consideradas fora do padrão normal imposto pela sociedade, eram excluídas. Contudo, mesmo passados muitos séculos, esta prática ainda se faz presente na sociedade.

Rodrigues (2006), ao apontar as causas que levam os indivíduos a este comportamento, na atualidade, afirma que:

A exclusão devida provavelmente a fatores culturais, que nos conduzem a pensar que a diferença é perigosa. Demanda-se cuidado com as pessoas diferentes seja na identidade sexual, socioeconômica, de deficiência, de etnia etc. As “ideias feitas” da sociedade associam ao “diferente” uma situação de ameaça e desenvolve estratégias de identificação, circunscrição, banimento ou subalternização de números grupos sociais (RODRIGUES, 2006, p.10).

A autora acrescenta, que dos vários grupos de pessoas que são excluídas do ambiente escolar, destacam-se os deficientes intelectuais, os surdos, os cegos, os deficientes físicos e alunos com atrasos significativos no desenvolvimento. A pesquisadora destaca que, por muitos séculos não havia nenhum tipo de serviço educacional disponível e, por vez, quando eles frequentavam a escola, eram isolados ficando excluídos do processo de ensino e aprendizado (FUMEGALLI, 2012).

É válido ressaltar que o fenômeno da exclusão educacional abrange vários países como demonstram os dados da Organização das Nações Unidas - ONU para a Educação e Cultura - UNESCO (1990) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (1999). Segundo aponta este levantamento, os países que se destacam pelo desenvolvimento educacional (tais como: os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia) ainda convivem com o fenômeno da exclusão educacional. Além de atingir as pessoas com deficiência, este fenômeno da exclusão afeta também os grupos sociais em desvantagem econômica.

Em 1980, surgiu o movimento da inclusão desafiando qualquer situação de exclusão e tendo como pilar o princípio da igualdade de oportunidades nos sistemas sociais (incluindo as instituições escolares). Este movimento mundial objetivava propiciar condições para todos os alunos frequentassem a escola regular, tendo o mesmo direito de adquirirem conhecimentos.

Em 1981, temos o Ano Nacional das Pessoas Deficientes, período no qual ocorreram ações que visavam melhorias na educação escolar e na interação social destas pessoas. Prefaciando o relatório de atividades oriundo desta iniciativa, Figueiredo (1981) discorre que:

Assim, o ano de 1981 constituiu se em excelente oportunidade para analisar e ativar as bases de cuidadosas medidas que merecem e requerem os portadores de deficiências sejam físicas, sensoriais ou mentais, uma vez que a conscientização de seus problemas, por parte de órgãos públicos, privados e de toda a sociedade, evidencia a urgente necessidade de atendê-los de modo mais digno e sistematizado (FIGUEIREDO, 1981, p.1).

Na década de 1990, foram realizados eventos mundiais com o objetivo de combater a desigualdade educacional e social. Dentre estes acontecimentos citamos a Conferência que foi realizada em Jomtien (na Tailândia) no período de 5 a 9 de março de 1990, tendo sido organizada pela UNESCO.

O propósito da reunião, que contou com a participação de representantes de diferentes países, foi estabelecer compromissos mundiais para garantir, a todas as pessoas, os conhecimentos básicos para a promoção de uma vida digna, sendo esta a condição insubstituível para o advento de uma sociedade mais humana e mais justa. Esse debate manteve relação direta com o conceito de inclusão delineado pelos autores selecionados para compor este trabalho (FERREIRA, 2006).

Realizada em 1991, pelo UNICEF, em Nova York, a Reunião Mundial da Cúpula sobre a Criança estabeleceu como metas: a diminuição da mortalidade infantil para um terço da taxa apresentada no período e a redução da desnutrição severa e moderada, à metade, para crianças menores de 5 anos. Este evento favoreceu a criação de uma sociedade inclusiva à medida que criou mecanismos para garantir o direito à vida a todos os cidadãos.

A Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada na cidade de Salamanca, na Espanha, em 1994, gerou um importante documento. Este registro teve o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão: a Declaração de Salamanca. O referido documento enfatizou a necessidade de utilização de uma abordagem centrada no aluno, objetivando a garantia de uma escolarização que permitisse o aprendizado e a socialização de todos os alunos (FERREIRA, 2006).

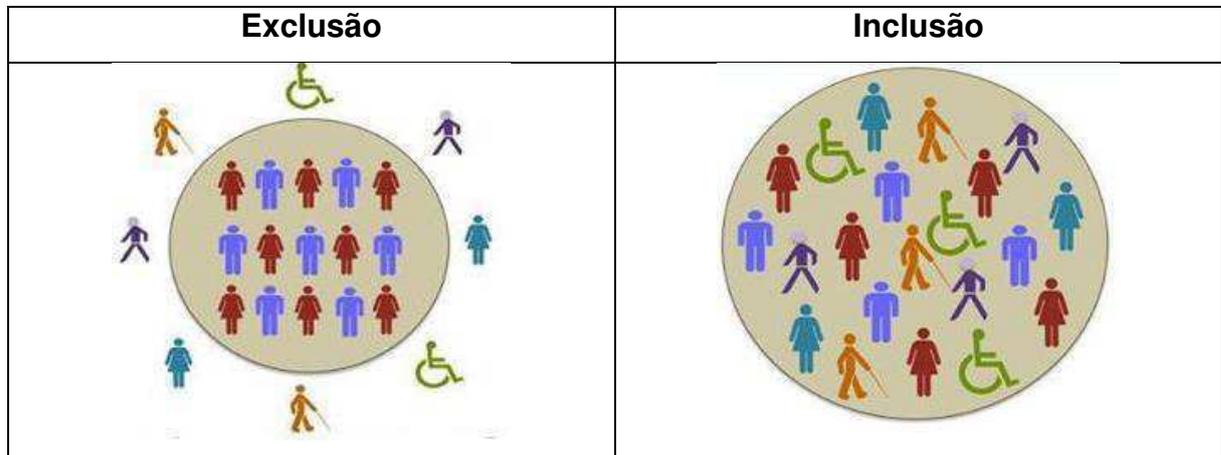
Neste mesmo ano, em setembro de 1994, no Cairo - Egito houve a Conferência Internacional sobre a População em Desenvolvimento-CIPD, organizada pela ONU, que teve como o objetivo comprometer os governos com uma educação de qualidade, priorizando a educação primária e técnica e a formação para o trabalho.

Como aponta Ferreira (2006), os eventos ocorridos não foram suficientes para evitar o fracasso internacional no desenvolvimento de uma educação para todos. Desta forma, para combater a exclusão no campo educacional, é primordial não só discutir as ações, mas criar estratégias que busquem igualar as oportunidades favorecendo o aprendizado de todos independentes das suas particularidades. Segundo Sá (2004):

A inclusão escolar desloca a centralidade do processo para a escola, tendo por princípio o direito à escolarização de todos os alunos nos mesmos espaços educativos, que produz uma inovação e perspectiva no sentido de transformar a escola para receber todos os educandos com suas diferenças e características individuais (SÁ, 2004, p.139).

Com a finalidade de melhor compreendermos os conceitos de inclusão e exclusão observemos o quadro 1 que representam os conceitos vistos anteriormente.

**Quadro 1-** Exclusão e Inclusão<sup>3</sup>



Como mostra o quadro 1 podemos afirmar que a inclusão é a forma mais eficaz de combater os preconceitos existentes no meio social, isso porque, no momento que acontece a inclusão, nasce uma sociedade mais justa, na qual todos os indivíduos têm a oportunidade de viver dignamente. Nessa perspectiva, uma boa educação se faz quando todos se apoiam, desenvolvendo estratégias de aprendizado considerando a diversidade

A imagem corrobora com o conceito apresentado por Campbell (2009), ao enfatizar que incluir significa aprender, reorganizar grupos e classes, promovendo a interação entre os alunos de outro modo. Nesta proposta, compartilhamos todos os espaços e oportunidades, ainda que, eventualmente, em postura diferente. Deste modo, assumimos uma postura de complementariedade proporcionada pelo convívio na diversidade de ideias, jeitos de ser, sentir, pensar e interagir.

Deste modo, observamos que a educação inclusiva é, sobretudo, uma questão de direitos humanos, pois defende que não se pode excluir nenhum ser humano pelo fato ter uma deficiência ou dificuldade de qualquer natureza. Assim sendo, é necessário repensar a organização e a ação da escola diante da perspectiva da diversidade, de forma que esta encontre estratégias metodológicas para educar, com êxito, todos os alunos inclusive aqueles com deficiências graves, isto é, surdo-

<sup>3</sup> **Fonte:** Adaptado de <http://ddhccreremas.blogspot.com.br/2013/06/exclusao-segregacao-integracao-e.html>.

cegueira, deficiência mental e deficiência múltipla. Isso se deve ao fato de que a escola, como instituição social, deve estar organizada de forma que possa ensinar e combater a exclusão fornecendo subsídios para que o aluno se sinta incluído e aprenda com os demais (CAMPBELL, 2009).

Desta forma, a inclusão se apresenta como uma proposta que visa atender a todos, de forma igualitária, para que os alunos jamais fossem desvalorizados ou inferiorizados pelas suas diferenças. Mesmo pensando numa educação que amplie a inserção de todos os alunos, a educação inclusiva é alvo de muitas discussões, pois exige um constante repensar sobre as práticas pedagógicas e sobre a construção de espaços escolares menos excludentes.

É preciso construir espaços que as crianças possam trocar experiências, aprendam a importância do respeito mútuo incorporando a ideia que através do outro é possível crescer, aprender e modificar a sociedade na qual se está inserido (MANTOAN, 2006).

Na atualidade, a luta pela a inclusão se fortalece. Essa é uma busca por uma escola que possa atender a todos os alunos sem discriminação que possa ver o aluno com um ser capaz de aprender oferecendo-lhe condições de prosseguir nos estudos.

## **2.4 Da segregação à inclusão**

A educação dos alunos com deficiência, até os anos 60, era pautada no modelo segregacionista. A segregação como o próprio nome sugere, previa a separação física entre alunos com e sem deficiência no contexto educacional, sendo que, a escolarização dos alunos que apresentassem alguma deficiência deveria ser restrita a escola ou classes especiais (MENDES, 2016).

No entanto, o autor acrescenta esse padrão de ensino passou a ser severamente questionado, porque a criança, quando submetida a ambientes segregativos, não poderia se beneficiar com a interação com outras crianças. A partir de então desencadeou a busca por uma prática pedagógica para a inserção de todos os alunos no sistema de regular de ensino.

Mantoan (2003) algumas escolas públicas e particulares já adotaram ações, ao propor mudanças na sua organização pedagógica, de modo a reconhecer e

valorizar as diferenças sem discriminar os alunos nem segregá-los. Como aponta Mittler (2003):

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão (MITTLER, 2003, p. 16).

Deste modo, contrário à proposta da segregação, a educação inclusiva tem por compromisso garantir o acesso dos alunos com deficiência ao ambiente escolar e a estudar na classe comum com os demais alunos. Inclusão, neste contexto, é perceber que os alunos podem e devem aprender juntos embora tendo objetivos e processos diferentes. Sobre a inclusão, os autores, Souza e Cavalari (2010) discorrem.

Definimos inclusão como sendo a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes entre nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa. (SOUZA; CAVALARI, 2010, p. 191).

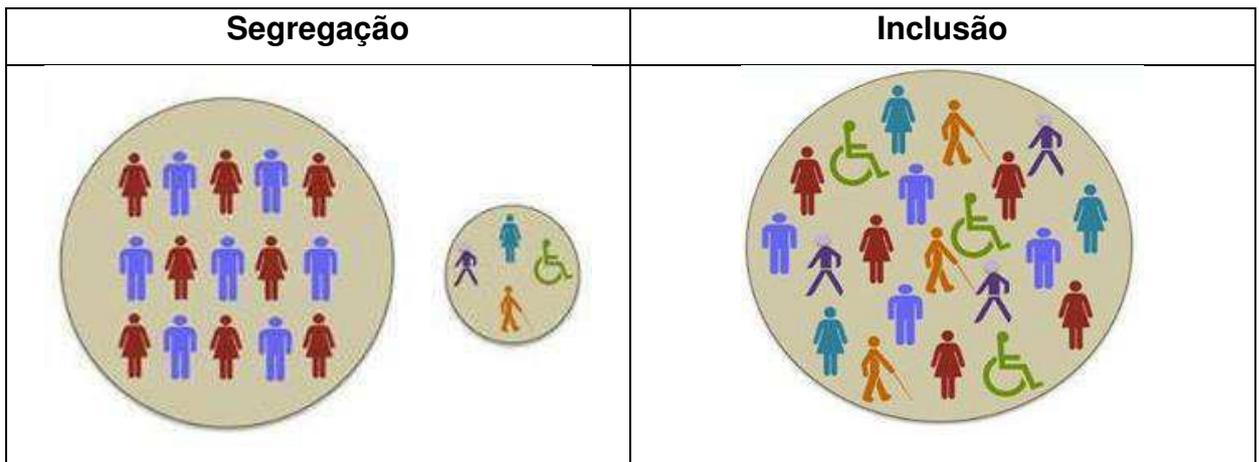
Com base na ideia dos autores, a inclusão permite aos alunos a oportunidade de aprender a conviver e a relaciona-se com a possibilidade de conviver, no mesmo espaço, com as pessoas que possuem habilidades e competências diferentes, sendo esta, uma condição necessária para o desenvolvimento de valores éticos, como a dignidade do ser humano o respeito ao outro, a igualdade e a solidariedade.

Com a pretensão de demonstrar como se dava o modelo de segregação analisaremos o quadro 2.

## **Quadro 2- Segregação e Inclusão<sup>4</sup>**

---

<sup>4</sup> **Fonte:** Adaptado de <http://ddhccreremas.blogspot.com.br/2013/06/exclusao-segregacao-integracao-e.html>.



Como vemos no modelo segregacionista busca a separação física entre indivíduos com o sem deficiência privando-os de um convívio social e educacional.

A seguir veremos como surgiu a integração.

## 2.5 Da integração à inclusão

Os movimentos em favor da integração de crianças com deficiência surgiram nos países Nórdicos, precisamente em 1969, quando houve o questionamento a respeito das práticas sociais e escolares de segregação. A integração escolar, de acordo com Mantoan (2003) retirou as crianças e os jovens em situação de deficiência das instituições de ensino especial, em defesa da sua normalização, o que lhes permitiu o usufruto de um novo espaço e novos parceiros de convívio, de socialização e de aprendizagem a escola regular.

A autora afirma ainda que a distinção entre os termos integração e inclusão é relevante para o processo de transformação das escolas, de modo que este espaço possa acolher indistintamente a todos. Segundo a Política Nacional de Educação Especial (1994) define normalização como:

Princípio que representa a base filosófico-ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto que se desenvolve, ou seja, oferecer, aos portadores de necessidades especiais, modos e condições de vida diária o mais semelhante

possível às formas e condições de vida do reto da sociedade (MEC/SEESP, 1994, p.22).

De acordo com Lima (2006), o termo integração diz respeito ao ato de compartilhar o espaço a sala inclusiva da escola comum, no entanto, não há esforço evidente para efetivar o aprendizado deste grupo. Já a inclusão é conceituada por Mantoan (2003) como uma prática que implica em uma mudança de perspectivas no âmbito educacional, que não atinge apenas os discentes com deficiência e aqueles que apresentam dificuldade de aprender, mas aos demais, contribuindo para que os alunos obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Um fato gerador de questionamentos sobre o conceito de integração é que, para que um aluno com deficiência pudesse estudar em uma escola regular, suas necessidades deveriam ser médias (sendo priorizado os grupos dos cadeirantes e dos cegos) ou comuns como, por exemplo, os alunos com dificuldades de aprendizagem. Para serem incluídos nas escolas regulares era necessário que estes discentes tivessem autonomia na comunicação, na locomoção e evidente progresso cognitivo (se comparado aos demais alunos).

Diante disso, o que se constatou foi que o aluno poderia estar integrado e passar longos períodos em salas de apoio especial ou estar em sala de aula regular, porém, sem interagir com os colegas de turma, por não estar dentro de uma limitação média e aceitável (MANTOAN, 2003).

Dessa forma, podemos concluir que, nas situações de integração participam dos ambientes inclusivos apenas os alunos que serão elegíveis e/ou possíveis de serem inseridos na escolar de ensino regular tendo em vista que, de uma forma mais sutil, os alunos com necessidades educacionais especiais continuam sendo privados do convívio com os demais e do pleno desenvolvimento das suas capacidades, sendo que, a sua educação é posta em segundo plano.

Como assegura Sasaki (1997), no modelo integrativo, a sociedade ficava sem alternativas e por esta razão aceitava receber os portadores de deficiência (nomenclatura utilizada na época) desde que eles fossem capazes de moldar-se aos tipos de serviços que a comunidade lhes oferecia. Isso acontecia inclusive na escola.

Podemos assim dizer, que a integração é bastante complexa, pois na maioria das vezes a escola excluía o aluno, olhando o indivíduo pelo prisma da deficiência, ao

invés de dar oportunidades para que ele desenvolvesse suas habilidades e competências, trabalhando desta maneira para ampliar a sua autonomia.

Contudo, o termo integração já pode ser ultrapassado dando espaço para a inclusão. Como ressalta Mantoan (2003):

Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar as salas e aula do ensino regular. (MANTOAN, 2003, p.24)

Corroborando com a ideia da autora, compreendemos que a inclusão é mais abrangente, pois objetiva desenvolver uma prática de educação para todos os alunos que, sem exceções, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. Como afirma Ainscow (1995, p. 14), “[...] a inclusão dirige seu olhar a todos os alunos, já que todos podem experimentar dificuldades de aprendizagem em um dado momento”.

Sendo assim, a inclusão deve ser entendida, antes de tudo, como um exercício de cidadania no qual o grupo entende que todos merecem e precisam ser respeitados em suas diferenças, compreendendo que é na diversidade que se encontram os mais ricos ambientes educativos, como bem figura a metáfora do caleidoscópio.

O caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõem. Quando se retira pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado (FOREST; LUSTHAUS, 1996 *apud* MANTOAN, 1993).

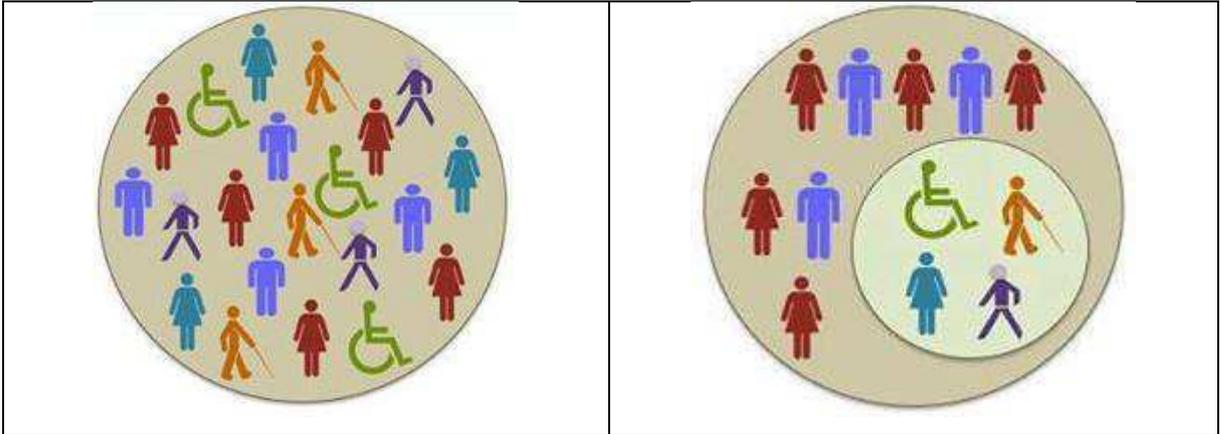
Mediante os conceitos vistos, analisaremos o quadro que representaram os ambos os termos:

### **Quadro 3– Inclusão e integração<sup>5</sup>**

Inclusão	Integração
----------	------------

<sup>5</sup> **Fonte:** Adaptado de <http://ddhccreremas.blogspot.com.br/2013/06/exclusao-segregacao-integracao-e.html>.

**Fonte:** Adaptado de <http://ddhccreremas.blogspot.com.br/2013/06/exclusao-segregacao-integracao-e.html>.**2017**



O quadro 3 traz um exemplo de integração semelhante àquela vivenciada na escola normal regular, quando recebe os alunos com NEE não proporciona estratégias de socialização e de aprendizado com o grupo, ou seja, a uma pessoa “diferente” apenas inserida no mesmo espaço social que as demais. Nas imagens do quadro vemos que inclusão promove a convivência com o todo, demonstrando que a escola deverá se adaptar as necessidades dos alunos, criando um espaço de socialização respeito e aprendizado.

Após compreender a construção do processo inclusivo brasileiro, discorreremos sobre os fundamentos legais e as adaptações garantidas por estes documentos para a promoção da proposta inclusiva.

### 3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como o “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Por este motivo, a escolha da metodologia adequada à solução do problema do estudo é fundamental, pois é a partir dela que buscamos através da abordagem, do tipo de pesquisa e dos instrumentos de coleta identificar as possíveis respostas para as questões levantadas no início do trabalho

Para a realização do trabalho, selecionamos a abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14). No entanto, o autor explica que ao tomar por base o que já foi publicada em relação ao tema, esta proposta pretende delinear uma nova abordagem sobre o assunto, chegando à conclusões que possam servir de embasamento teórico para futuras pesquisas.

Portanto, esta abordagem não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Assim, Marconi e Lakatos (2010), dizem que a pesquisa qualitativa:

Preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc. (LAKATOS; MARCONI 2010, p. 269).

Para estes autores, os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto daqueles que defendem um modelo único de pesquisa para todas as ciências e consideram que as ciências sociais têm sua especificidade, pressupondo uma metodologia própria.

Deste modo, esses pesquisadores recusam o modelo positivista no qual defende o afastamento e a separação entre o investigador e o objeto de estudo. Os positivistas defendem que a pesquisa deve ser isenta de valores; e os defensores do paradigma interpretativo dizem que a investigação é em grande medida influenciada pelos valores do investigador (ONWUEGBUZIE; LEECH, 2005).

Diante disso, para responder à questão sobre a educação inclusiva no Brasil: os desafios a serem superados, utilizamo-nos, basicamente, de informações do assunto analisado que foram obtidos em meios impressos e digitais. Por esta razão assinalamos a natureza descritiva do estudo (à medida que ele apresenta a constituição da educação inclusiva) e o seu caráter qualitativo (ao estabelecer relações entre as propostas e as principais barreiras para a sua implementação).

No que se refere aos objetivos, a pesquisa é definida como descritiva, que para Gil (2012, p. 28), se constitui em uma: “[...] descrição das características de determinada população ou fenômeno ou ainda no estabelecimento de relações entre variáveis”. Caracterizamos, assim, a pesquisa como de abordagem qualitativa e de natureza descritiva.

Como procedimento de coleta e de análise de dados selecionamos a pesquisa bibliográfica, que se caracteriza por utilizar exclusivamente, as análises de informações, conceitos e dados em livros, documentos digitais e outros. Trata-se, portanto, de uma revisão sistemática da literatura existente (obras, textos, artigos, informação de sites da internet, dissertações, teses, monografias, relatórios técnicos, revistas científicas, resenhas, documentos escritos, etc.).

Ainda para Gil (2007) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que se poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Neste sentido, a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos tendo em vista que em muitos acontecimentos, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos.

Por meio da pesquisa bibliográfica, conhecemos vários trabalhos que tratavam da temática proposta. Consideramos que este é um tema relevante para a educação porque, reflete a algo inovador que desafia o sistema educacional a promover uma educação de qualidade.

Desta forma as obras dos autores selecionados serão primordiais para a realização de uma análise sobre a inclusão dos alunos na classe regular para assim, encontrar subsídios e compreender como ocorreu o processo de inclusão no Brasil e buscar as estratégias para a superação dos obstáculos que inviabilizam a promoção da proposta inclusiva.

## **4 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Nas últimas décadas do século XX foram discutidas políticas que tratavam das modificações que deveriam ser processadas na educação, com a pretensão de constituir uma prática pedagógica que pudesse acolher, na escola regular, todos os alunos (VILELA, 2013).

No Brasil, a regulamentação atual que orienta as ações a serem efetivadas pelo sistema educacional é o Plano Nacional de Educação – PNE, regulamentado pela Lei nº 13.005/2014. Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a educação especial como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao Ensino Superior) reafirmando a necessidade do AEE.

Campbell (2009) quando se posiciona que a educação inclusiva tem avançado, aponta este fato como notável, principalmente quando avaliamos as matrículas apresentado pelos dados do INEP, segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira-INEP, os números de estudantes com deficiência cresce a cada ano, na rede regular de ensino. De acordo com a autora, este dado torna a inclusão um processo irreversível. (CAMPBELL, 2009).

Para a estudiosa, esse é um dos fatos que torna a inclusão um processo irremediável. Entretanto, como afirma Campbell (2009), não basta realizar a matrícula é preciso que as políticas públicas e as parcerias vivenciem, de fato, o processo de inclusão, pois não se trata apenas de inserir o aluno com deficiência na rede regular deve contribuir, discutir, dialogar para promover equidade e qualidade de uma educação para todos, independente das suas NEE que promovam a sua participação social.

### **4.1 Os desafios para a implementação da proposta inclusiva**

A educação inclusiva traz em si um novo paradigma de educação. Alguns desafios que se colocam para a efetiva inclusão escolar de pessoas com NEE são: desconhecimento ou descumprimento das leis que tratam da inclusão da pessoa com deficiência, as barreiras atitudinais, currículo, formação de professores,

implementação AEE, profissionais de apoio, avaliação escolar na perspectiva inclusiva, parceria com a família, organização do espaço escolar.

#### ***4.1.1 Desconhecimento ou descumprimento das leis que tratam da inclusão da pessoa com deficiência***

Anteriormente, citamos várias leis que tratam da educação inclusiva e que permitem conhecer não só os direitos da pessoa com deficiência, como também, os ajustes sociais e educacionais que permitem a sua participação na comunidade.

Dentre estas leis, destacamos a atual LDBEN (1996), a Resolução do CNE/CEB nº 02/2001, o Decreto nº 7.611/2011 e o PNE nº 13.005, que entrou em vigência no dia 26 de junho de 2014, e tem em seus aspectos legais, propostas significativas para um ensino de qualidade para todos. Porém, apenas a existência de leis não é suficiente para enfrentar os desafios da educação inclusiva, pois, como afirma Mantoan (2010),

Problemas conceituais, desrespeito a preceito constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceito distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são do meu ponto de vista, grandes barreiras enfrentadas pelos que defendem a inclusão escolar. Tais barreiras objetivam retroceder às posições inovadoras para a educação de alunos em geral. Estamos diante de avanços, mas também de muitos impasses da legislação (MANTOAN, 2010, p.38).

Todavia, na realidade, ainda existem grandes obstáculos que impedem as leis de se concretizarem. Isso ocorre, principalmente, na falta de espaço para o acesso físico ao aluno com deficiências motoras; falta de recursos especiais para atender às necessidades de alunos cegos; ausência de intérpretes para alunos surdos; salas superlotadas; docentes que alegam falta de preparo para atender alunos com deficiência. Essas são algumas barreiras que ainda predominam no espaço escolar apresentada por (CAMPBELL, 2009). Na sequência, trataremos destes obstáculos vivenciados na educação inclusiva.

#### **4.1.2 Barreiras Atitudinais**

Conforme tratado nos capítulos anteriores e pode ser observada que na Lei de Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência nº 13.145/2015, a barreira atitudinal é um obstáculo para a efetivação da inclusão. Conforme Souza (2008), ela se torna um empecilho significativo visto que está presente não apenas no espaço escola, mas no meio social e podem ser percebidas através de atitudes que demonstram preconceitos e discriminação em relação à este grupo.

Essas barreiras atitudinais são os maiores embargos para a efetivação dos direitos em favor das pessoas com deficiência tendo em vista que impede que os atores da educação busquem maneiras de incluir a todos os alunos.

Diante disso, as barreiras atitudinais se constituem em um grande problema para a educação inclusiva porque se refletem na falta de compromisso e na rejeição em aceitar o novo. Muitos consideram que incluir e ensinar a alunos que apresentam necessidades educacionais especiais é um trabalho árduo e inviável, uma vez que sua aprendizagem necessita de adaptações que são referentes ao tempo, currículo, espaços, profissionais e outros.

De acordo com Mantoan (2003, p. 25):

[...]Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que os alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e suas responsabilidades educacionais.

Logo, a inclusão deverá ter como alicerce um processo de construção de consensos (valores, políticas e princípios) provenientes de uma reflexão coletiva sobre o que é escola, quais as suas funções, os seus problemas e a maneira de solucioná-los. Desta forma, o processo inclusivo deve ser pauta do Conselho Escolar que reúne representantes de todos os segmentos escolares, portanto deve ser um compromisso da Comunidade Escolar que é composta por professores, pais funcionários e os próprios alunos.

Nesta perspectiva, devemos buscar uma reflexão orientada para o diagnóstico e para a ação e isso não se limita ao atendimento dos princípios normativos legais que justificam a inclusão. É preciso, adotar a concepção de homem que traça as ações e orienta as formas para pensar na própria inclusão.

Dialogando com Teixeira (2010, p. 28):

[...] há de se pensar que, para que, a inclusão se efetue, não basta estar garantido na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto socioeconômico, além de serem gradativas planejadas e contínuas para garantir uma educação de ótima qualidade.

Como podemos observar, a inclusão escolar é um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso à educação de forma igualitária.

#### **4.1.3 Currículo**

A proposta educacional brasileira se fundamenta na construção de espaços educacionais inclusivos nos quais as habilidades dos alunos sejam enfatizadas. Para Rodrigues (2006), esta proposta deve ser compreendida como uma educação de qualidade para todos, na qual as barreiras impostas pelo preconceito sejam removidas, para que de fato a aprendizagem aconteça e os aprendizes possam ser compreendidos e aceitos. Para que isso ocorra, é necessária uma organização curricular e um trabalho pedagógico capaz de incluir esse aluno na sala de aula.

De acordo com Teixeira e Nunes (2010, p.23) “A educação inclusiva pressupõe o atendimento a todos os alunos em que um mesmo currículo esteja aberto às diferenças garantindo o direito à construção de conhecimentos e valores”.

Entendemos que o currículo escolar compreende uma ação flexível e que este deve ser adaptado conforme a necessidade do o aluno, no qual contemple os conhecimentos, valores, costumes, crenças e hábitos (SANTOS, 2009).

Assim, podemos dizer que além de efetivar a matrícula, a escola precisa se reorganizar de modo a oferecer adaptações ao currículo capazes de proporcionar ao aluno a construção do conhecimento. Em consonância com esta ideia, Teixeira e Nunes (2010), não é suficiente apenas inserir esses alunos numa sala de aula, mas a escola, por sua vez, tem um desafio criar um currículo que permitam que os alunos aprendam independente de qualquer deficiência.

Deste modo, as adaptações curriculares voltadas para a pessoa com deficiência visam promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos educandos que apresentam NEE. Por isso, tem como referência a elaboração do Projeto Político Pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar. Teixeira (2010) afirma que a educação inclusiva pressupõe o atendimento a todos os alunos e, para isso, requer que o currículo esteja aberto às diferenças, garantindo o direito à construção de conhecimentos e de valores que transforme a escola em um espaço mais inclusivo.

Esta transformação do currículo não deve ocorrer apenas na escola, mas deve ser realizado também para a formação de professores, como veremos a seguir.

#### **4.1.4 Formação de professores**

A educação dos discentes com necessidades de aprendizado diferenciadas se constitui em uma grande preocupação para os educadores que se propõem a desenvolver um trabalho inclusivo, para o qual, muitas vezes não estão preparados.

Por esta razão, para realizar esse trabalho com qualidade, em uma sala inclusiva, na perspectiva desse novo paradigma educacional, é preciso que os docentes desenvolvam novas competências para que possam atender todos os alunos sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns deles, sem estabelecer regras específicas para ensinar e avaliar, ou seja, ensinar sem segregar. De acordo com Mantoan (2010, p. 79):

O professor inclusivo não procura eliminar a diferença em favor de uma suposta igualdade do alunado tão almejada pelos que apregoam a homogeneidade das salas de aula. Ele está atento aos diferentes tons das vozes que compõem a turma, promovendo harmonia, contrapondo-se complementando-se (MANTOAN, 2010, p. 79).

Nesta perspectiva, uma escola inclusiva considera o educado como um sujeito capaz de aprender de diferentes formas e, por isso precisa fornecer as condições para que possam desenvolver intelectual e socialmente, pois quando o professor se propõe a utilizar novas metodologias capazes de ensinar sem excluir ele estará promovendo situações de aprendizagem no qual beneficiará a todos os educandos.

Podemos assim considerar que uma instituição inclusiva não se consolida apenas por receber a todos os alunos com ou sem deficiência, mas sim, uma escola

que se adapta às necessidades dos alunos buscando meios para resolver as dificuldades existentes.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização das condições atuais da maioria das nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (MANTOAN, 2003, p. 57).

Portanto, o educador ao ministrar conteúdos curriculares, deve estar ciente de que nem todos os alunos aprendem da mesma forma, mas que todos devem ter oportunidade de aprender independente de qualquer diferença. No entanto, o que percebemos é que a maioria das escolas os professores não estão preparados para lidar com a diversidade, e com as inovações que são impostas cotidianamente. Macedo (2002) comenta esta questão afirmando que a educação inclusiva veio tornar a tarefa dos professores mais complexas e desafiadoras, com implicações inclusive na direção de serem aprendidas outras técnicas e revistas às expectativas relativas à temporalidade e aos conteúdos.

Dentre as formações necessárias estão a capacitação para os professores das classes regulares e a formação para a efetivação do AEE, disposto na Resolução nº 02/2001, trabalhada anteriormente. Sobre este atendimento destinado à concretização da inclusão nas escolas regulares é que abordaremos na sequência.

#### ***4.1.5 Implementação do Atendimento Educacional Especializado***

O Decreto nº 6.571/2008, no Art. 1º explica que as escolas devem matricular os alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e, simultaneamente, no AEE. Informa ainda que este atendimento deve ser ofertado em Salas de Recursos Multifuncionais – SRM ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado, seja da rede pública, de instituições comunitárias, confessionais ou sem fins lucrativos. No Art. 2, da mesma lei é apresentado que o AEE tem como principal função, complementar ou suplementar a formação do discente através de serviços, de recursos de acessibilidade e de estratégias que visem eliminar as barreiras que impedem a sua aprendizagem plena e participação na sociedade (BRASIL, 2001).

Para Ramos (2010) o atendimento realizado na SRM, onde ocorre o AEE é significativo para o desenvolvimento do aluno. No entanto, este atendimento não pode ser confundido com um trabalho clínico, à medida que se trata de um exercício extremamente pedagógico, no qual o educador que é especialista em Educação Inclusiva, juntamente com o professor da sala regular apura quais as necessidades de cada estudante para, a partir deste diagnóstico buscar meios para o aluno aprender.

Como vimos, para o professor atuar na SRM deverá ter o curso graduação, pós-graduação e/ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas de Educação Especial. Esta formação possibilitará o desenvolvimento de um trabalho voltado para a dificuldade do aluno e, conseqüentemente, que seja desempenhado com maior qualidade. Ressaltamos que, como os demais educadores esse profissional deverá participar de reuniões pedagógicas, da elaboração de projetos e ainda precisam produzir materiais e desenvolver metodologias, com o objetivo de promover a inclusão. Contudo muitas escolas ainda não dispõem deste serviço, sendo que o professor da classe inclusiva precisa realizar as atividades sem a colaboração deste parceiro.

Além deste profissional, devemos considerar ainda a presença dos profissionais de apoio que veremos a seguir.

#### **4.1.6 Profissionais de apoio**

De acordo com Neto (2009) educação inclusiva se configura-se como um desafio para os dias atuais, pois mesmo com as leis que garantem o acesso e permanência dos alunos com deficiência, ainda predomina a dúvida e discussões acerca das funções dos profissionais de apoio.

Diante do exposto, a Nota Técnica nº 19/2010 aborda os profissionais de apoio que devem ser contratados para atender os alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Segundo a esta orientação, esses profissionais devem promover a acessibilidade comunicacional no atendimento da NEE específicas destes estudantes, além de auxiliar nos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção daqueles educandos que não realizam essas atividades com independências.

A fim de delimitar e instruir melhor acerca do papel deste profissional de apoio e o quanto é importante a presença dessa figura para o sistema inclusivo. Vale ressaltar que a demanda deste profissional se justifica quando a necessidade específica do estudante, público alvo da educação especial, não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes.

Entretanto, não é responsabilidade do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas para este educando nem se responsabilizar pelo ensino ou avaliação deste aluno. Ele deve atuar de forma articulada com os professores da sala de aula comum, com o docente que desenvolve o trabalho na SRM e com os outros profissionais da educação que atuem na escola desde que a sua função se limite a suprir as dificuldades na comunicação, na alimentação, na locomoção e/ou na higiene do aluno atendido por ele.

Todavia, os demais profissionais de apoio que atuam no âmbito geral da escola, como auxiliar na educação infantil, o que supervisiona as atividades de pátio, os que atuam na segurança, na alimentação, entre outras atividades, devem ser orientados quanto à colaboração com relação no atendimento às NEE destes estudantes.

Sobre o trabalho deste profissional, Neto (2009) afirma que ainda há uma falta de conhecimento dos profissionais da educação sobre o papel deste profissional. O autor argumenta sobre os perigos desta falta de conhecimento, pois “uma vez que a inclusão é um processo que será produtivo à medida que todos da comunidade escolar estiverem envolvidos, não compreender a real função do professor de apoio, compromete a qualidade do ensino que está sendo oferecida a estes alunos” (NETO, 2009, p.35).

#### ***4.1.7 Avaliação escolar na perspectiva inclusiva***

Conforme Campbell (2009), o ato de avaliar é relevante, porque faz parte do currículo escolar, tem como objetivo verificar a situação de aprendizagem de cada aluno. No entanto, quando referimos à educação inclusiva, a avaliação constitui como um obstáculo para a efetivação desta proposta, evidenciando a urgência em rever o caráter classificatório da avaliação de modo a instaurar novos critérios para atender não só às necessidades dos alunos com deficiência. Ainda para autora

Muitas vezes as avaliações servem mais para verificar quem se encaixa nos padrões de aluno ideal do que para medir o progresso de cada um dentro de suas possibilidades, isto gera sofrimento, pois o aluno tenta atender às expectativas de uma escola que não valoriza seu potencial e os resultados por eles alcançados nem sempre correspondem ao padrão (CAMPBELL, 2009, p.151).

Como citamos anteriormente, a escola precisa construir práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade, de forma que ao avaliar o aluno atendido pela educação especial, para que ele não seja não excluído ou classificado. Deste modo, destacamos que o uso do portfólio (no qual a produção e a evolução do aluno são destacadas), associada a uma prática de avaliação diagnóstica e formativa devem ser consideradas.

Estas práticas, ao serem utilizadas para o acompanhamento do desenvolvimento do aluno, considerando que os alunos e os professores estejam constantemente informados sobre a aprendizagem consolidada, bem como auxiliar a identificar dificuldades a fim de que o docente possa planejar atividades que venham a auxiliar os alunos a superá-las.

Diante disso, Campbell (2009, p.152) “[...] afirma que avaliação deve ser contínua e qualitativa, visando depurar o ensino e torná-lo cada vez adequado e eficiente à aprendizagem de todos os alunos que são individualmente classificados como deficientes nas escolas regulares”.

Entretanto, a avaliação na perspectiva inclusiva funciona como um instrumento facilitador para o ensino adaptativo propiciando a modificação de metodologia e a flexibilização das estratégias e dos auxílios de ensino que cada aluno precisa no decorrer da aprendizagem (TEIXEIRA; NUNES, 2010).

Contudo, para que a avaliação ocorra com sucesso, o professor deve assumir sua função de agente pesquisador e procurar conhecer mais sobre o seu aluno e sobre as suas necessidades, de forma que este educador possa adotar procedimentos de avaliação que enfatizem as formas de expressão, os ritmos e estratégias de acesso ao conteúdo. Assim, quanto maior conhecimento o educador tiver sobre aluno, mais estratégias ele irá dispor para auxiliar o educando na aquisição do conhecimento.

#### **4.1.8 Parceria com a família**

Segundo Nielsen (1999) a ligação e o envolvimento dos pais ou família responsáveis pelas crianças com deficiência na inclusão das mesmas são de extrema relevância para todo o processo educativo, porque família e escola são duas instituições fundamentais para o crescimento do aluno com ou sem deficiência.

Nessa perspectiva a escola e a família, tem a função de fazer com que o aluno com deficiência se desenvolva nos aspectos cognitivos e sociais. Consideramos que os pais que são parceiros da escola ajudarão no rendimento e progresso do aluno, pois a família também é mediadora e incentivadora do processo de ensino-aprendizagem.

Para Padilha (2007) a família ao perceber que a criança tem deficiência deve oferecer a mesma um ambiente estável e amoroso, quando isso não acontece se torna mais difícil para o desenvolvimento dessa criança, visto que a família tem que aceitar e procurar ajuda para um melhor progresso. De acordo com Mantoan (2006):

Há ainda a considerar outras barreiras que impedem a transformação de nossas escolas: o corporativismo dos que se dedicam às pessoas com deficiência e outras minorias, principalmente dos que tratam de pessoas com deficiência mental; a ignorância de muitos pais, a fragilidade de grande maioria deles diante do fenômeno de deficiência de seus filhos (MANTOAN 2006, pág. 24).

Ainda para a autora, o despreparo e a falta de conhecimentos da família frente à criança com deficiência vêm aumentando as dificuldades de adaptação no meio social e escolar, porque os pais na maioria das vezes, sentem medo do preconceito e da discriminação que sofrem as crianças e isso os deixa temerosos em matriculá-los em uma escola por acreditar que este convívio social não será benéfico para seu filho. Em outros casos, existem pais que lutam para que seus filhos sejam aceitos dignamente na escola.

A família é o exemplo para formação bem sucedida do aluno, enquanto a escola é o espaço onde ele vai ampliar seus conhecimentos, habilidades e capacidades. Segundo Szymansk:

Ambas as instituições têm em comum [...] o fato de prepararem os membros jovens para sua inserção futura na sociedade e para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida

social. Ambas desempenham um papel importante na formação do indivíduo e do futuro cidadão (SZYMANSKY, 2010, p. 98).

No entanto, um desenvolvimento eficaz e de qualidade a escola e a família devem formar uma parceira e caminhar juntas para o sucesso e aprendizagem da criança com deficiência.

#### **4.1.9 Organização do espaço escolar (barreira física)**

Estamos convivendo com um novo movimento educacional, a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, pois a escola deve respeitar a lei da acessibilidade que assegura a promoção de um ambiente acessível e propício para atender a diversidade. Contudo, ainda existem várias adaptações a serem realizadas, para beneficiar as crianças com deficiência física, entretanto muitas são às dificuldades encontradas para essa implementação desta proposta. (FIGUEREDO, 2009).

Diante disso, o Ministério da Educação através da Portaria 1.679, de 2 dezembro de 1999, estabelece:

Os requisitos estabelecidos [...] deverão contemplar no mínimo: para alunos com deficiência física: eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso nos espaços de uso coletivos, reserva de vagas nas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas, adaptação de portas e banheiros para permitir o acesso de cadeira de rodas; colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas. (BRASIL, 1999, p.25).

De acordo com a lei supracitada, é necessário que a instituição escolar disponibilize um bom espaço físico, que este assegure o direito de “ir e vir” para os alunos com deficiência física para que possa eliminar todas as barreiras que dificultam a sua permanência e circulação na instituição de ensino.

Contudo, para a consolidação de uma escola inclusiva, ainda há muito para construir, pois foram dados apenas os primeiros passos na consciência e respeito à diversidade. Percebemos que muitas adaptações precisam ser feitas para favorecer

a educação e o desenvolvimento das crianças com deficiência física na educação. (FIGUEIREDO, 2009).

#### **4. 2 Superando as barreiras da inclusão**

Mantoan (2006) afirma que os debates atuais a respeito da educação inclusiva no ensino escolar, têm diante de si, desafios como o de encontrar certas soluções que respondam à questão que se refere ao acesso e a permanência dos alunos nas instituições educacionais. Mas, para isso, as escolas, sejam elas públicas ou privadas, precisam adotar mudanças na sua organização pedagógica, nas políticas educacionais, de modo a reconhecer e a valorizar as diferenças, sem que haja discriminação entre os alunos. A autora afirma que

O certo, porém, é que os alunos jamais deverão ser desvalorizados e inferiorizados pelas suas diferenças, seja nas escolas comuns, seja nas especiais”. As instituições educacionais não podem continuar como lugares da discriminação, devem ser ambientes da eliminação do preconceito com espaço para inclusão e dar um ponto final na indiferença. (MANTOAN, 2006, p. 22).

Sabemos que o sistema educacional caminha em passos lentos e com muitas dificuldades para garantir uma educação de boa qualidade e para todos. Conforme Mantoan (2006), a escolar brasileira é aberta a poucos, pois muita das vezes os alunos são inseridos na sala de aula, mas excluídos do processo de ensino, e isso se acentua drasticamente no caso dos alunos com deficiência.

Deste modo, para que a inclusão escolar se torne uma realidade, é necessário que a instituição escolar compreenda que precisa passar por mudanças para estarem prontas para receber esses alunos com deficiência. Esta mudança é fundamental para proporcionar motivação para que esses alunos prossigam em seus estudos, sem que sofram com atitudes de discriminação nem sejam relegados aos espaços segregados de educação.

Diante disso, fica evidente de que enfrentar as barreiras da educação inclusiva é um desafio, pois vem sofrendo com oposição e resistência das pessoas que deveriam apoiar essa modalidade de ensino como família e a própria escola. A educação inclusiva reque mudanças, na formação de professores e nas relações família e escola.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a pesquisa realizada, vimos que a educação inclusiva brasileira passou por longos processos, que se iniciou com o período da exclusão, passando pela segregação e pela integração. Mas, a necessidade de uma educação para todos permitiu o surgimento de leis para modificar o contexto educativo, surgindo um novo paradigma educacional a inclusão que vem transformando o processo de ensino e aprendizado.

A educação inclusiva precisa se tornar uma realidade, tendo em que há anos vem enfrentando barreiras para a sua implantação. Alguns desses obstáculos são: a resistência dos familiares frente à inclusão dos alunos com deficiência, o preconceito, além do currículo escolar que muitas das vezes não é adaptado para a necessidade do aluno, temos ainda o despreparo dos professores (que dizem não estão preparados para esse modelo de educação).

Neste sentido é preciso entender que o ato de educar não é o processo fácil, requer estudos, planejamentos, novas metodologias, parceria com a família e comunidade. Através dessa união é possível a construção de uma escola que aceite e respeite as diferenças e particularidades de cada um.

A inclusão é um movimento permanente e irreversível que dá ao sujeito o direito de frequentar a escola regular independente de qualquer deficiência. No entanto, não trata apenas de incluir, cabe à escola oferecer um ensino que permita o pleno desenvolvimento social e cognitivo do educando. Desta forma a inclusão só será possível quando houver respeito à diversidade e, conseqüentemente, as práticas pedagógicas que permitam às pessoas com deficiências aprender de acordo com seu ritmo e suas possibilidades.

Portanto, pode-se concluir que o processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular é possível e viável, desde que aqueles que estão diretamente inseridos no processo sejam, antes de tudo, humanizados, solidários e afetivos. Dessa maneira, o Brasil vivenciará uma educação que amplie os horizontes dos educadores e do seu papel social, através da qual competência e sensibilidade transformem a razão e a emoção em prática pedagógica, mais que isso, em prática de solidariedade.

Finalmente espera-se que uma escola inclusiva possa criar meios para eliminação de quaisquer barreiras que distância o aluno de vivenciar e compartilhar novas experiências, pois o fato de possuir uma deficiência não pode ser visto com um impedimento para aprender, mas como uma oportunidade para a escola se organizar de modo a buscar novas formas de ensinar e de aprender. Isso porque todos são capazes de desenvolver habilidades para a construção do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

**ABRAMOWICZ, A.; MOLL, J.** Para além do fracasso escolar. Papyrus, 1997.

**ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência.** In *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Ano XI, n.º 21, março, 2001, pp.160-173.

BRASIL, Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961, pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, Lex: Centro de Documentação e Informação – 1961. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)>. Acesso em 20 de julho de 2017

\_\_\_\_\_. lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em:<<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/136683.pdf>>. Acesso em 20 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução nº02 CNE/CEB **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na educação Básica.** MEC SEESP, 2001. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em :14 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução Nº 02, de 11 de Setembro de 2001. Lex conselho nacional de educação, Brasília, p. 39-40, Set./ Ago. 3 Trim. De 2001. Diário Oficial da União.

\_\_\_\_\_ a consolidação da inclusão escolar no Brasil, NBR, 4º andar

\_\_\_\_\_. **Portaria 1.679** de 03 de dezembro de 1999. Brasília: 1999. Disponível em: <[http://www.inf.ufsc.br/~jbosco/IEE/MEC\\_dez99.htm](http://www.inf.ufsc.br/~jbosco/IEE/MEC_dez99.htm)>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Direito à educação:** subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/legislacao/decreto-presidencial-no-6571-atendimento-educacional-especializado>>. Acesso em: 10 de julho de 2017

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Lex: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125). Disponível em :<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>> Acesso em: 16 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Lex: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso em: 11 de julho de 2017.

CAMPBELL, S. I. **Múltiplas Faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: editora Wak, 2009.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva com os pingos nos" is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DECLARAÇÃO, de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, CORDE, 1994.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, W. B. **Inclusão x exclusão no Brasil**: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. ed: Sammus, 2006.

FIGUEIREDO, R. V. A educação infantil e a inclusão escolar. Heterogeneidade, cultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília: SEE, v.15, n.1, p.121-140, jan.-abr. 2009.

FIGUEIREDO, H. B. **Comissão Nacional do Relatório de atividades Brasil**. Ano Internacional das Pessoas Deficientes, 1981. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>>. Acesso em: 15 julho de 2017.

FUMEGALLI, A.C. R. **Inclusão escolar**: O desafio de uma educação para todos? 2012. 60 f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) - Curso de Pedagogia, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- Ijuí, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em:<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/716>>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em: 20 de Junho de 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, P. A. **Educação inclusiva e igualdade social.** [S.L.]. Avercamp, 2006.

MACEDO, L. **Fundamentos para uma educação inclusiva.** 2002. Acesso em: <[www.educaçãoonline.com.br](http://www.educaçãoonline.com.br)>. Acessado em: 10 de junho de 2017.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** v.1 São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos/** Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes (org.). São Paulo: Summus, 2006.

MARTINS, G. A. PINTO, R. L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos.** São Paulo: Atlas, 2001.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais:** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MENDES, E. G. **Raízes históricas** da educação inclusiva. In: **Seminários Avançados sobre a Educação Inclusiva,** UNESP. Marília, São Paulo, 2002.

PADILHA, A. L. **Práticas Pedagógicas na Educação Especial – A Capacidade de Significar o Mundo e a Inserção Cultural do Deficiente Mental.** 3ª ed. Campinas SP: LTDA, 2007.

NETO, E. **A ambivalência do papel do professor de apoio permanente em salas regulares do ensino fundamental.** Trabalho de Conclusão de Curso (monografia)- Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/ELOI%20ALEXANDRE%20PEREIRA%20NETO.pdf>>. Acesso em: 27 de julho de 2017.

NIELSEN, L. B. **Necessidades Educativas Especiais na Sala de Aula.** Um Guia Para Professores. [S.L.]. ed. Porto, 1999

ONWUEGBUZIE, A. J.; LEECH, Nancy L. Taking the “Q” out of research: Teaching research methodology courses without the divide between quantitative and qualitative paradigms. **Quality & Quantity**, v. 39, n. 3, p. 267-295, 2005.

PADILHA, A.L. **Práticas Pedagógicas na Educação Especial - A Capacidade de significar o mundo e a inserção Cultural do Deficiente Mental**.3ªed..Campinas SP: LTDA,2017

RAMOS, R. **Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 2010.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva** [S.L.]. Grupo Editorial Summus, 2006.

SÁ, N. R. L. **Educação de surdos: a caminho do bilingüismo**. Niteró EDUEFF 2004

SANTOS, A. R. J. **Currículo, conhecimento e cultura escola: pedagogia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, M. O.; CAVALARI, Nilton. A importância da inclusão na educação infantil. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, Pitanga – PR, v.1, n2. P.190-201, 2010. Disponível em:<[www.revistas.uniube.br](http://www.revistas.uniube.br)>. Acesso em: 18 de julho de 2017

SOUZA, O. S. H. **Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas**. [S.L.]. Ed. AGE Ltda, 2008.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W.. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed,1999.

SZYMANSKI, H. **A relação família e escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Liber, 2010.

TEIXEIRA, J.; NUNES, L. **Avaliação Inclusiva: a diversidade reconhecida e valorizada**. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2010.

VILELA, T. C.R. **Os desafios da inclusão escolar no século XXI**. Bengala legal-Curitiba, 2013. Disponível em:<<http://www.bengalalegal.com/desafios>>. Acesso em: 30 de julho de 2017.